

OS MUITOS PERFIS DE JANGO

Miliandre Garcia

Nas últimas décadas, acentuou-se o interesse dos historiadores por biografias e romances históricos. Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos nesse sentido, tendo em vista a complexidade de relacionar, sem sublimar tão-somente, o indivíduo ao contexto histórico. Articular essas duas instâncias é a grande questão e também o grande problema metodológico dos historiadores que optaram enveredar-se por esses caminhos. E, desafiando essas adversidades, Marcos Antônio Villa escreveu a mais recente biografia do ex-Presidente da República: *Jango: um perfil (1945-1964)*.

O autor é mestre em Sociologia e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Carlos (UFSCar). Além de *Jango: um perfil (1945-1964)*, Villa já esteve envolvido com inúmeros trabalhos sobre história geral e do Brasil, entre os quais podemos citar as pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado, respectivamente *Pancho Villa, uma liderança da vertente camponesa da Revolução Mexicana* (1989) e *Canudos, o povo da terra* (1993); as edições paradidáticas *A revolução mexicana* (Brasiliense, 1992) e *Cronistas do descobrimento* (Ática, 1999); além desses, as coleções didáticas “História Geral e do Brasil” (Moderna, 1997) e “Caminhos da História” (Ática, 2003), ambas redigidas em parceria com Joaci Pereira Furtado e publicadas em quatro volumes. O trabalho do historiador, no entanto, não se restringe a essas obras. Villa escreve periodicamente para o jornal *Folha de S. Paulo*, sugere ementas de aulas de história no suplemento “Veja na sala de aula” e realiza consultoria histórica para pessoas físicas e privadas para, por exemplo, a organização de arquivos privados e a elaboração ou a correção de provas de vestibulares.

Como se vê, Villa é um dos poucos e privilegiados profissionais da área que consegue exercer o ofício de historiador de diferentes maneiras e em várias frentes. Sua visibilidade e exposição pública, no entanto, permitem que um número representativo de pessoas conheça o seu trabalho e emita opiniões (embasadas ou não) sobre ele (o trabalho). Essas opiniões, no caso de Villa, são quase sempre polêmicas. Um de seus últimos trabalhos, por exemplo – a coleção “Sociedade e história do Brasil”, autorizada pela gestão do Senador Lúcio de Alcântara (Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB)-CE) no Instituto Teotônio Vilela (órgão de estudos do PSDB) –, gerou muitas controvérsias, principalmente sobre como o autor definiu e retratou personalidades históricas como o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e os ex-presidentes da República João Goulart e Fernando Henrique Cardoso (FHC). E as críticas não vieram apenas de seus companheiros de ofício (os historiadores), mas de parlamentares, militares, diplomatas e funcionários do governo.

Itamar Franco (Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)-MG), o Governador Aécio Neves (PSDB-MG) – na época Presidente da Câmara dos Deputados – e membros da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em geral não gostaram do fato de Villa ter destituído Tiradentes do posto de líder da Inconfidência Mineira e ter reduzido o herói nacional à vítima do sistema: “nascia uma vítima e também um herói. Essa foi a imagem legada pela história oficial” (Villa *apud* ULHÔA, 2001a). Já na área da historiografia, as teses sobre a construção do mito do herói nacional não são novas nem recentes e, por isso, não causaram nenhum estranhamento ou desconforto entre os historiadores de profissão; tratava-se apenas de levar aos bancos escolares os resultados das últimas pesquisas sobre o assunto e o período em questão¹.

Até o Instituto Teotônio Vilela tratou – na gestão seguinte à de Lúcio de Alcântara, na de Yeda Crusius (PSDB-RS) – de embargar um dos últimos fascículos que discutia o regime militar, submetendo-o ao exame de cinco historiadores que não foram identificados e que consideraram que “a visão [de Villa] sobre os fatos é

¹ A esse respeito, consultar Miceli (1994).

‘raivosa’, ‘antiga’ e ‘do tempo da luta contra a ditadura’” (ULHÔA, 2001). Desse parecer – “quase unânime”, segundo matéria jornalística –, Villa defendeu-se dizendo: “a ditadura é que foi raivosa. Que o digam as dezenas de desaparecidos, as centenas de torturados, os milhares de cassados, os banidos e os perseguidos políticos” (HISTORIADOR SE DIZ CENSURADO, 2001).

O último fascículo sobre o governo FHC foi igualmente polêmico. Yeda Crusius, desconhecendo o debate sobre a história do tempo presente, julgou que “o governo de Fernando Henrique Cardoso não pode ser objeto de análise histórica, porque ainda não terminou” (Crusius *apud* ULHÔA, 2001b). Nesse clima de hostilidade e tensão com a direção do Instituto Teotônio Vilela que, inclusive, suspendeu a publicação do último fascículo da coleção, Villa alegou ser censurado. Justificando a escolha, o historiador considerou que, “obviamente, não é possível realizar uma ampla análise do período, daí ter passado mais rapidamente sobre a ‘era FHC’, mas isto não justifica suspender a coleção. O que acho é que houve censura por parte da deputada” (HISTORIADOR SE DIZ CENSURADO, 2001).

Nesta resenha não é nossa intenção julgar quem tem razão nesse conflito político-ideológico que está intimamente ligado à discussão teórico-metodológica sobre a escrita da história e o ofício do historiador. Pretendemos apenas evidenciar as principais e recentes polêmicas que envolveram o trabalho de Villa dentro e fora do espaço acadêmico, com o objetivo de sublinhar que esse perfil de Jango já vinha sendo desenhado há algum tempo, publicamente desde 2001 quando o historiador qualificou o ex-Presidente de “banana”: “na história, não existe o condicional ‘se’, mas em [19]64 talvez não tivéssemos o golpe se o Presidente não fosse um *banana* como era o João Goulart, um inconsequente, incapacitado para o cargo” (HISTORIADOR DIZ QUE SÉRIE BUSCA, 2001; sem grifo no original). A reação da crítica foi dura e intensa, sobretudo da parte dos historiadores, cujos trabalhos objetivaram, na maioria das vezes, desmistificar os inúmeros e possíveis juízos de valor que permeiam a construção da história e da memória.

Desse episódio em diante, com a intenção de pesquisar a vida e a trajetória política de João Goulart no período de 1945 a 1964, Villa vem debruçando-se sobre vasta e expressiva documentação, muito embora partindo dessa pressuposição valorativa. Assim, antecipando o juízo de valor à pesquisa, a principal fonte eleita pelo pesquisador – entre jornais, revistas e memórias – foi o conjunto de reportagens e notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que, na época, era abertamente antijanguista. Considerando então a linha editorial da empresa dos Mesquitas sobre o governo Jango, como devemos proceder como historiadores para não cairmos nas armadilhas das fontes e, consequentemente, assimilarmos a discurso antijanguista do periódico paulista?

Primeiramente, consideramos que a pesquisa histórica deve pautar-se por problemas e hipóteses originárias de um corpo documental e nunca de juízos de valor. Em segundo lugar, não existe documento de nenhuma natureza ou suporte que discorra ou represente uma verdade absoluta sobre qualquer processo histórico, ainda mais sobre uma figura tão enigmática e contraditória como Jango. Ora, pelo menos desde a primeira metade do século XX, deixamos de acreditar piamente na neutralidade do documento histórico; mais: consideramos, hoje, que até a mais “inocente” seleção de objeto e fonte determina uma intenção e um viés adotado pelo historiador. Afirmou Bloch, na década de 1940, que “até mesmo o polícia mais ingênuo sabe que não se deve forçosamente acreditar naquilo que as testemunhas dizem” (BLOCH, 1976, p. 73). Por que então o historiador de profissão deveria acreditar passiva e ingenuamente em suas fontes?

O equívoco de Villa é justamente esse: o discurso subjacente e implícito às reportagens jornalísticas e às memórias de época não foi explorado, quiçá considerado. Não queremos, contudo, julgar o autor tendencioso (se se tivesse apropriado do imaginário antijanguista para comprovar o que já intuía) ou ingênuo (se tivesse absorvido o conteúdo do documento passivamente), mas acentuar que a adoção de critérios e métodos específicos de análise não é mero formalismo e luxo de historiador, sociólogo ou cientista social, por exemplo.

Nessa biografia, a questão mais incômoda para Villa está muito além da responsabilidade e do alcance do ex-Presidente da República: é a imagem cristalizada de João Goulart que ficou na memória política brasileira, isto é, a do “Presidente jovem e valente que foi deposto quando quis fazer as reformas de base” (VILLA, 2004, p. 7). Antes do mais, não devemos generalizar a difusão dessa imagem, mas circunscrevê-la em determinado espaço de tempo e lugar. Atualmente, muitos professores, pesquisadores, livros didáticos e paradidáticos reforçam a imagem de um Presidente fraco, que não agüentou a pressão e, em consequência, fugiu sem nenhuma resistência para São Borja, sua cidade natal, e de lá partiu para o Uruguai, onde morreu no exílio. Não se tratando então de argumento original e inovador, concordamos com Gilberto F. Vasconcellos de que esse perfil anti-Jango “não apresenta absolutamente nenhuma novidade, pois já se tornou lugar-comum da ideologia hegemônica no

Brasil das últimas décadas: dizer que Jango caiu por incompetência ou masoquismo, mas não por causa do imperialismo americano” (VASCONCELLOS, 2004).

Afora o determinismo implícito à tese que analisa o imperialismo norte-americano como único responsável pelas ditaduras militares na América Latina, consideramos que o contexto histórico nacional e, sobretudo, internacional foi pouco discutido por Villa. Fica, pois, a pergunta de Pierre Bourdieu: “quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma idéia da paisagem na qual ela se realiza?” (BOURDIEU, 2000, p. 190). Desse modo, se podemos relativizar o imperialismo norte-americano como único responsável pela queda de João Goulart, não podemos, de modo algum, ignorar seu caráter catalisador. Assim, como acentuou o jornalista Carlos Haag, “Resta a sensação incômoda de que, ao querê-lo muito pequeno [Jango], Villa o fez grande demais” (HAAG, 2004).

Nesse enredo, Leonel Brizola e Getúlio Vargas aparecem como lideranças ideologicamente coerentes, com personalidades firmes e marcantes. Jango, por sua vez, é apresentado por Villa como o discípulo que não soube cumprir os ensinamentos de seu mestre e, por isso, fracassou nos seus projetos e planos políticos. Ele chega a afirmar, em tom lamurioso, que “Jango não era Vargas” (VILLA, 2004, p. 56) ou, então, que, apesar do mentor de peso que teve (Getúlio), Jango deixou a desejar (*idem*, p. 238-239). E também que em toda sua trajetória o acaso e a sorte foram imprescindíveis e permanentes (*idem*, p. 238), a ponto de criar-se “a lenda de um Presidente democrata, reformista, que foi derrubado porque queria enfrentar os privilegiados. Definitivamente, Jango foi um homem de sorte” (*idem*, p. 241). Os supostos acaso e sorte foram utilizados na narrativa de Villa mais para acentuar a imagem positiva de Jango que ele julga cristalizada na memória histórica do país do que para retratar literalmente a trajetória de vida política do ex-Presidente.

Já o fenômeno do populismo – conceito que permeia a maioria das análises sobre o período, seja para revisá-lo, seja para incorporá-lo – não é mencionado nesta biografia. Villa cita apenas uma vez a palavra populista na página 237. O que não quer dizer que o tenha ignorado, pois foi adotando as definições clássicas do líder carismático como parâmetro de análise que Villa considerou a atuação de Jango como a tentativa frustrada e malfadada do populismo. Independente disso foi sob a plataforma do referido fenômeno que o autor projetou o biografado².

O Plano de Reformas de Base, sobretudo da reforma agrária, também não recebeu a atenção merecida. Este ficou no simples argumento de que não passava de um pretexto, de uma campanha de governo, e nunca de um projeto de país. Utilizando-se da assertiva de Doutel de Andrade, líder do PTB (Partido Trabalhista do Brasil) na época, as reformas de base não passavam de uma manobra política. Segundo Villa, conversando sobre a reforma agrária com Amaral Peixoto e Tancredo Neves, Doutel de Andrade respondeu rindo: “mas o senhor acredita na reforma agrária do Jango?! No dia em que ele fizer uma reforma agrária, o que vai fazer depois?!” (Andrade *apud* VILLA, 2004, p. 146). Manobra política ou intenção efetiva, o Plano de Reformas de Base, carro-chefe do governo João Goulart, merece destaque na trajetória política do ex-Presidente e na história do Brasil republicano e, portanto, não pode ser apresentado de forma tão precipitada como ocorreu em *Jango: um perfil (1945-1964)*.

No entanto, o ponto mais discutido e polêmico do livro refere-se aos planos golpistas que supostamente nortearam a atuação da direita e da esquerda nos anos que antecederam o golpe militar. Segundo Villa, “diferentemente de outros países latino-americanos [...], no Brasil a oferta golpista era tão farta que o maior problema foi evitar a sobreposição de esforços” (VILLA, 2004, p. 193). Para a historiadora Marli de Almeida Gomes Vianna, de todos os erros que precedem 1964, “não há nenhum que autorize chamar a esquerda de golpista”, não há base objetiva para essa colocação e o maior erro que ela contém “é igualar [...] as posições da esquerda e da direita, não fazer diferença entre suas atuações, o que acaba por minimizar o golpe”. Assim, “é aviltante qualquer sugestão de que a esquerda e a direita tenham sido igualmente responsáveis pelo golpe militar” (VIANNA, 2004). Além do mais, se encontrarmos as justificativas plausíveis e coerentes do golpe militar de 1964 na atuação política de Jango, estaremos abrindo precedente para entendê-lo não como golpe, mas contragolpe, e assim denominá-lo revolução, redentora ou coisa do gênero.

Desta biografia, conclui-se então que Jango – o Presidente alcoólatra, mulherengo e dependente químico – foi o maior e talvez o único responsável pelas piores e maiores mazelas do Brasil desde que entrou para o

² Sobre o assunto, consultar: Ianni (1978), Weffort (1978) e Ferreira (2001).

mundo da política. E essa não é uma impressão vaga derivada de uma leitura desatenta: Villa acredita, por exemplo, que, “na impossibilidade de *un gran finale*, [Jango] acabou encenando uma ópera bufa, deixando para trás um país dividido, e destruindo 20 anos de conquistas no campo da democracia” (VILLA, 2004, p. 238). Depois de 241 páginas de assertivas como essas, a justificativa na conclusão do livro não convence o mais distraído dos leitores: “evidentemente não cabe imputar a Jango todas as mazelas do Brasil na conjuntura de 1964. [...]. Mas João Goulart, pela posição que ocupava, poderia ter impedido que tal ocorresse, caso tivesse um papel construtivo, materializado em um projeto de governo que obtivesse a hegemonia política, que desse sustentação à sua presidência” (*idem*, p. 241). Sendo difícil, portanto, “encontrar alguma idéia, uma frase, uma lei, enfim, algo de relevante para a posterioridade que João Goulart tenha produzido” (*idem*, p. 237).

Como já dissemos, a investigação histórica sobre a personalidade e o governo João Goulart carece de outros perfis. Por hora, cabe ressaltar que esse desejo de encontrar uma idéia, uma frase ou uma lei que legitime a relevância de Jango para a história e memória do país evidencia a concepção de história adotada pelo autor que perpassa todo o texto e que Villa explicita ainda nas primeiras páginas do livro: “*Creio que o terreno do historiador é o fato*. Afastei-me deliberadamente das análises preconcebidas e procurei a dimensão *narrativa*” (*idem*, p. 3; sem grifos no original).

Mesmo assim, como vimos no início desta resenha, o vigor inicial de sustentar a imagem pré-concebida de Jango como “banana” vai, aos poucos, se desfazendo conforme avançamos na leitura e o que sobressai, no final, são as imagens contraditórias (de forte cunho anticomunismo e antijangismo) que suas principais fontes (as reportagens jornalísticas do jornal *O Estado de São Paulo*) veicularam na época. E, assim, oscilando entre as imagens ambíguas de golpista, articulador, comunista e incompetente, Jango foi, depois de quarenta anos do golpe militar de 1964, apresentado por Villa não com um, mas com muitos perfis. Essa sobreposição de imagens tem respaldo no trabalho realizado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta que, ao pesquisar os vestígios do anticomunismo nas caricaturas da época, concluiu que Jango foi representado sob diversas matizes: “Ora ele era retratado como ingênuo e trapalhão, político incapaz de conduzir o país em meio a crise tão grave, fazendo papel de tolo e joguete nas mãos de forças superiores, ora criticavam-no por ser malicioso e ardiloso” (MOTTA, 2004, p. 186).

Villa, no entanto, poderia ter explorado conscientemente essas ambigüidades e contradições, o perfil (ou os perfis) seria mais rico e instigante. Mas na ânsia de comprovar o já dito, a biografia não inovou em forma e conteúdo e se manteve no mesmo ritmo e percurso de grande parte das biografias, isto é, narração cronológica dos fatos, permeada de juízo de valor, perdendo-se então na ilusão retórica mencionada por Bourdieu para quem “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 2000, p. 185).

Ainda assim, as contradições da biografia de Villa são extremamente férteis e positivas, pois evidenciam que não é tão simples como poderíamos pensar, mesmo para quem se predispôs a fazê-lo, considerar uma figura, que despertou e desperta tantas paixões e polêmicas, tão-somente como o “banana” da história política do Brasil.

Por fim, consideramos que o perfil de Jango traçado por Villa está mais próximo da memória desencantada de ex-militantes de esquerda e intimamente vinculado à conjuntura política brasileira atual, do que propriamente embasada em análises e métodos historiográficos, ainda que o autor seja da área, com destaque para sua formação e experiência, e tenha a intenção de assim proceder. E se Jango não foi nem santo, nem mártir, concordamos com Haag que ele merece um perfil mais justo e digno da sua complexidade (HAAG, 2004).

Miliandre Garcia (miliandregarcia@yahoo.com.br) é Doutoranda em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, M.** 1976. *Introdução à História*. 3^a ed. Colecção Saber. Lisboa : Europa-América.
- BOURDIEU, P.** 2000. A ilusão biográfica. In : FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 3^a ed. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.
- FERREIRA, J.** (org.). 2001. *O populismo e sua história* : debate e crítica. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- HAAG, C.** 2004. O homem avesso a banhos de sangue. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23.abr. Disponível em : <http://oglobo.globo.com/online/default.asp>. Acesso em : 15.jan.2005.
- IANNI, O.** 1978. *O colapso do populismo no Brasil*. 4^a ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- MICELI, P.** 1994. *O mito do herói nacional*. 4^a ed. Coleção Repensando a História. São Paulo : Contexto.
- MOTTA, R. P. S.** 2004. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In : REIS, D. A.; RIDENTI, M. & MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar : 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo : USC.
- ULHÔA, R.** 2001a. PSDB lança série polêmica sobre a história do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 8.jan. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96ul3377.shl>. Acesso em : 25.set.2004.
- _____. 2001b. PSDB suspende livro sobre era FHC. *Folha de S. Paulo*, 3.nov. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasi/ult96u26362.shl>. Acesso em : 25.set.2004.
- VASCONCELLOS, G. F.** 2004. Masoquismo e golpe de Estado circundam João Goulart. *Folha de S. Paulo*, 25.set. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44938.shtml>. Acesso em : 25.set.2004.
- VIANNA, M. A. G** 2004. 40 anos depois. *Folha de S. Paulo*, 22.abr. Disponível em : <http://www.search.folha.com>. Acesso em : 15.jan.2005.
- VILLA, M. A.** 2004. *Jango : um perfil (1945-1964)*. São Paulo : Globo.
- WEFFORT, F. C.** 1978. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

OUTRAS FONTES

- Historiador se diz censurado. 2001. *Folha de S. Paulo*, 3.nov. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u26364.shl>. Acesso em : 25.set.2004.
- Historiador diz que série busca visão independente. 2001. *Folha de S. Paulo*, 8.jan. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0801200104.htm>. Acesso em : 15.jan.2005.